

# DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS E OS MODELOS DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA PÓS-DESASTRES: CAMINHO PARA A RESILIÊNCIA

Ary Lima Cavalcante<sup>1</sup>  
Fernanda Jorge Sequeira<sup>2</sup>

## Resumo

As dinâmicas sociais têm requisitado novas formas de governança, seja no âmbito das concepções de políticas públicas ou quanto ao modo de realizá-las. A interdisciplinaridade e a complexidade das vivências sociais não permitem, até sob o aspecto ético e democrático, uma atuação isolada por parte do poder público. O presente artigo analisa a gestão descentralizada de fundos ambientais, especialmente no tocante à gestão de riscos e a participação das comunidades do entorno de grandes empreendimentos ou afetadas por eventos climáticos nas deliberações/decisões sobre a alocação e execução de tais recursos. O método consistirá em revisão bibliográfica sobre o assunto, com análise dedutiva e qualitativa a fim de avaliar quais seriam os parâmetros mínimos que devem ser observados como forma de garantir uma efetiva participação

---

<sup>1</sup> Procurador do Estado do Pará, mestre em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa – Luis de Camões – UAL. [ary.cavalcanti@pge.pa.gov.br](mailto:ary.cavalcanti@pge.pa.gov.br)

<sup>2</sup> Procuradora do Estado do Pará, mestranda pela Universidade Federal do Pará – UFPA. [fernanda.sequeira@pge.pa.gov.br](mailto:fernanda.sequeira@pge.pa.gov.br)

das comunidades afetadas em prol da construção de uma democracia socioambiental, em que os diálogos e os locais de “fala e escuta” estejam atentas ao “mundo da vida”, como forma de solução de conflitos coletivos. Para tanto, serão examinados casos emblemáticos ocorridos na cidade de Barcarena-Pará juntamente aos respectivos fundos utilizados, sob os quais serão verificados os aspectos da transparência, informação, monitoramento, empoderamento comunitário e capacidade de diálogo com e entre as comunidades.

Palavras-chave: fundos ambientais, participação comunitária, Barcarena e inovações sociais.

## INTRODUÇÃO

Desastres e grandes emergências, como eventos climáticos extremos, exigem ações rápidas, seja para salvar vidas, limitar os danos ou permitir uma rápida recuperação da crise, figurando o Estado como grande salvaguarda de tudo e todos, o que é natural e correto que assim o seja dada a sua responsabilidade primária de proteção ao interesse público.

No entanto, a dinâmica e a complexidade dos acontecimentos sociais não permitem que o ente público tenha sempre à disposição uma estrutura necessária apenas em momentos de grandes desastres, adotando-se como alternativa possível para responder de imediato a desafios desse tipo, a utilização de infraestrutura, de recursos humanos e os processos estabelecidos no setor privado, as chamadas parcerias públicas-privadas.

Nesse contexto, estreitam-se os laços com as organizações da sociedade civil (OSCs), cuja função social se destaca em atuações sociais sensíveis. Contudo, tal parceria não poderá se resumir em mera transferência de recursos, mas sim deve imprimir alianças e relações com as comunidades envolvidas, compreendendo seus saberes e organizações territoriais, sob pena de adotar um modelo inexecutável, fadado ao fracasso e nada resiliente.

O objetivo deste artigo é discutir como responder a uma grande emergência, que exige alianças e colaborações com a sociedade civil que deve atuar de forma qualificada, empática e informativa, promovendo lugares de fala e escuta nas comunidades.

Nesse sentido, o artigo apresenta o contexto atual das OSCs no Brasil. A seção seguinte analisa o contexto das inovações sociais em busca de uma verdadeira e efetiva participação que envolva e respeite os principais atores e protagonistas de suas próprias histórias. Em seguida, será feita análise da participação social nos casos Barcarena-PA. Finalmente, recomendações de ação e diretrizes, bem como as conclusões do artigo são apresentadas neste contexto.

## 1. A DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS

Os fundos públicos, em caráter geral, exercem uma função ativa nas políticas econômicas contemporâneas, sendo essencial tanto na esfera da acumulação produtiva quanto no âmbito das políticas sociais.

Além disso, o aspecto burocrático que permeia os fundos públicos e sua fiel execução exige aparelhamento, estruturas mínimas e fluxos internos já estabelecidos, além de exigir acompanhamento contínuo na localidade, incompatível com a realidade atual, de modo que a descentralização do recurso, a exemplo da parceria público-privada, se mostra uma via possível, porém não exclusiva/exauriente para eficácia da aplicação do recurso, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei para tanto.

Druck *et al.* (2018) destacam que, mesmo diante de relações conflituosas, a terceirização de serviços chega ao mercado com uma proposta de fortalecimento da gestão, atingindo diferentes searas de atuação. Entretanto, entender a descentralização pelo simples deslocamento da execução não vai contribuir para a reinvenção da relação

entre Estado e sociedade, uma vez que, dessa maneira, não haverá transcendência das práticas políticas tradicionais, limitando-se a reproduzir processos oligárquicos comuns na administração pública brasileira. (OFFE, 1984; 1989)

A abordagem alcança não somente a transferência propriamente do recurso, mas está justamente na participação das comunidades do entorno do empreendimento inseridas no processo de escolhas de propostas coletivas, onde suas vozes realmente ecoam e sobre as quais possam acompanhar e monitorar sua execução.

Nesta circunstância, vê-se como um incentivo necessário para abertura de uma sensibilidade ecológica pela sociedade, a valorização do despertar da sabedoria ancestral, das crenças culturais e religiosas, até mesmo aliado a um novo sentido de existência investida de novas formas mais harmônicas ao modelo de “Bem Viver” (LIPOVETSKY, 2011).

Assim, a gestão deste processo de descentralização deve se aproximar ao que seria uma gestão social eficiente (KLIKSBURG, 2003), com o intuito de viabilizar melhores avaliações dos resultados obtidos com a execução da programação, sempre observando aos princípios da transparência e da informação e primando por um controle mais sistemático e efetivo sobre os resultados gerados com a prestação.

Ademais, a execução para alcançar um nível de satisfação social precisa ser sustentada a longo prazo, o que não é possível sem que haja o envolvimento e o compromisso de segmentos outros que não tão somente a Administração Pública Estadual.

É neste cenário que espaços sociais e institucionais de discussão se mostram tão relevantes ao longo da história, pois evidenciam um mundo compartilhado de ideias intersubjetivas entre os indivíduos que possuem a mesma realidade factual e pontos de vistas semelhantes dessa realidade, expondo por meio de atos de fala em momentos oportunos, suas verdades para aqueles que possuem

verdades opostas às suas, levando, ainda que infimamente em certas ocasiões, para um consenso de ideias ou transformação de realidades (HABERMAS, 1990).

Primar por esses momentos permite que os participantes sejam mais flexíveis em suas relações, reivindicações e concepções sobre os outros, quando eles estão realmente abertos e receptivos a novos conceitos diferentes dos seus, haja vista que tais processos permitem averiguar os motivos, pelos quais grupos específicos possuem determinadas convicções sobre certos sujeitos e avaliar as razões pelas quais se comportam de uma ou outra forma em determinadas ocasiões (HABERMAS 1982).

## **2. AS INOVAÇÕES SOCIAIS – A MULTIDISCIPLINARIDADE E A SATISFAÇÃO COLETIVA**

A sociedade civil organizada brasileira vem ganhando espaços na formulação e na própria execução das políticas públicas nas três esferas federativas, ante a incapacidade do poder público em atuar em todos os espaços, principalmente nos multidisciplinares, e a própria complexidade que os envolve.

Ademais, a capilaridade dessa sociedade organizada na localidade em que residem, especialmente pelo conhecimento de seus espaços ecossistêmicos, propicia o interesse das discussões acerca dos melhores modelos de preservação e recuperação ambiental a serem implementados na localidade, ganhando relevância o interesse da comunidade nas definições de políticas públicas socioambientais de onde vivem. A capacidade de definição e execução das políticas públicas ambientais dessa sociedade civil organizada é assente, não à toa que, nas três esferas federativas, existem diversos conselhos que funcionam com a participação da sociedade civil, na sua maioria conselhos paritários.

A esta ação governamental que constrói políticas públicas ambientais com a sociedade e para a coletividade se denomina inovação social, que vem se firmando como uma nova forma de construção e implementação social, diante do fracasso do modelo atual e da necessidade do atendimento de um novo modelo de economia sobre o desenvolvimento (NYSETH *et al.*, 2019; VAN DER HAVE & RUBALCABA, 2016).

Novas soluções, portanto, se assentam nas colaborações sociais de cunho resolutivo das fragilidades sociais, produzindo resultados perenes, com o objetivo de satisfazer as necessidades coletivas com a capacidade de agir da própria comunidade, instituindo uma nova forma de relação social entre os interessados, em um processo de intercâmbio aberto, participativo, ouvindo-se e considerando-se os destinatários e beneficiários da política pública e mesmo com a ação destes, com a eliminação de barreiras organizacionais (NYSETH *et al.*, 2019), com a simbiose evolutiva de todos os atores da sociedade (DOMANSKI, 2018; PEL *et al.*, 2018; HOWALDT & SCHWARZ, 2016).

A origem das inovações sociais se dá a partir de movimentos sociais organizados em conflito com a estrutura das formas tradicionais de políticas públicas, tendo as relações sociais e ideológicas como características marcantes, com o objetivo de resolução da exclusão social e de integração da comunidade (GEROMETTA; HAUSSERMANN; & LONGO, 2005).

No que concerne à composição, é marcada pela multidisciplinariedade, pois é fruto da reunião de grupos organizados, principalmente Organizações Não Governamentais (ONGs), mas também por grupos indígenas, comunidades organizadas, sindicatos, entidades religiosas, fundações, dentre outros.

As organizações sociais devem ser formalmente constituídas, possuindo governança privada e independente. Dentro deste cerne, possuem como objetivo e responsabilidade promover a melhoria da

qualidade de vida, devendo buscar sempre a melhoria da condição social das pessoas mais necessitadas e desfavorecidas, sempre com valores destinados à melhoria social (ANDION, LIMA MORAES; & GONSALVES, 2017; DAGNINO, 2004), atuando com estratégia, conteúdo nas suas ações, com processos e empoderamento, compreendidas dentro do objetivo maior, que é a satisfação das necessidades sociais, ante a precariedade do Estado prover tais necessidades e a contraposição do mercado.

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) devem ser tidas como entidades de resoluções de crises sociais mundiais.

O traço marcante e diferenciado das inovações sociais são os partícipes do processo, o próprio processo e na qualidade das parceiras. As OSCs, na realização das inovações sociais, se pautam pela criação de processos de articulação entre os atores, com vistas ao desenvolvimento de soluções para a melhoria social da comunidade.

O conteúdo, por sua vez, é a identificação da insatisfação das necessidades humanas e/ou as necessidades humanas que não são atendidas pelo Estado ou pelo mercado (MOULEART *et al.*, 2005). Identificadas tais necessidades insatisfeitas, seja pela falta do Estado, seja por não interessar ao mercado, a OSC deve reagir com criatividade, instituindo novos processos, instrumentalizados pela solidariedade e reciprocidade da comunidade atendida, por meio de novas formas de governança.

No que concerne ao processo de resolução da crise, esta não se dá de forma linear, necessitando, ainda, de apoios, podendo, neste processo, galgar seis fases para a efetiva invenção social a satisfazer a mudança (BEPa, 2010):

- A constatação do problema, dos sintomas e as causas principais (diagnóstico);
- A elaboração de ideias resolutivas;
- Projetos-piloto para o teste das ideias e a consequente avaliação de especialistas e dos destinatários;

- A prática propriamente dita, em que o projeto se transforma na inovação social, definindo-se o papel de cada envolvido e buscando-se recursos para a implementação;
- A divulgação e a publicidade dos resultados, em grupos maiores e outras comunidades;
- A consolidação da inovação social e o aperfeiçoamento, com a integração de novos elementos.

Na forma do que explicita HOWALDT & SCHWARZ (2016), a inovação social reúne muitos componentes, como é o caso do movimento social e sua espécie, legislação, a infraestrutura que será utilizada, pesquisa e o modelo negocial. Os atores envolvidos, da mesma forma, são os mais diversos, podendo vir do setor público ou privado, com ou sem fins lucrativos, organizados ou mesmo informais (HOWALDT & SCHWARZ, 2016).

Estes atores são os protagonistas da inovação social e todo o processo se desenvolve a partir do esforço e ideologia destes atores sociais, que criam e implementam as etapas da IS a partir da segurança da rede de protagonistas, gerando uma redefinição da cultura da comunidade, com novas formas de fazer e a adoção de novas práticas de relações sociais, somente sendo possível com novos tipos de interações sociais, serviços, processos ou novos produtos (SAUCIER *et al.*, 2006). Reconfigura-se, destarte, as relações sociais de determinado grupo, com mudanças de comportamentos que evoluem para um melhor bem-estar social da comunidade, privilegiando interesses comuns e ações colaborativas (CAULIER-GRICE *et al.*, 2012).

O ápice da inovação social é justamente a resolução dos problemas sociais locais, que se dá pelas mãos dos destinatários da inovação, os atores sociais locais, que assimilam o processo, deliberam e são fundamentais na consecução da IS.

Ademais, ponto fundamental na inovação social é este aprendizado e a capacitação dos atores locais. Não basta a organização



social apresentar os processos e modelos da inovação social, há a necessidade da capacitação da comunidade para o processo de resolução do problema, como principais responsáveis pelo diagnóstico das necessidades e pela mudança da interação social com vistas à resolução do problema (VAN WIJK *et al.*, 2018).

A inter-relação entre os atores sociais, segundo Tardif e Harrisson (2005), é que edifica a motivação da inovação social. Neste sentido, o relacionamento entre os atores, o processo de aprendizagem, a cooperação e o gerenciamento da inovação social gera a aquisição de conhecimento e a motivação do indivíduo para a resolução dos problemas.

Dentro de todo este contexto de inovação social, não se pode olvidar a importante dimensão do empoderamento, na construção de consensos, por atores sociais locais, de desenvolvimento da comunidade, que é fundamental, inclusive, na construção de identidades regionais e orgulho da origem.

Quatro funções se fazem prementes, na doutrina de Correia, Melo e Oliveira (2019):

- Democracia: A OSC evolui o conceito democrático, pois sai do nível mais básico da democracia, como por exemplo as eleições livres, para aprimorar o processo de negociação e representação, sistemas sociais e normas locais, tornando a sociedade forte e pluralista ao lidar com o Estado;
- Responsabilização política: A comunidade se empodera, fazendo com que o Estado passe a atender mais as suas fragilidades. Nesta função, as OSCs cumprem o papel de articular os interesses da comunidade com a responsabilidade política do Estado;
- A sociedade civil como fonte de inovação: a comunidade diagnóstica, elabora processos e soluções de suas fragilidades e problemas, produzindo inovações sociais;

- Princípio da Legitimidade: Como quarta e última função, o Estado precisa obter a legitimidade e o apoio de seu povo, na medida do princípio da igualdade.

Se reconhece, neste artigo, que a principal fragilidade da representação da sociedade pelas sociedades civis é a estrutura arcaica de poder, em que as relações sociais estão assentadas em um modelo estrutural anacrônico difícil de romper e que sabidamente é ineficaz e não atende aos interesses da sociedade. Contudo, ainda que se reconheça que a quebra desta estrutura seja o principal desafio, as organizações sociais ainda são o principal caminho para a resolução de problemas sociais.

### **3. MODELOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS: A EXPERIÊNCIA EM BARCARENA/PA**

#### **3.1 A GARANTIA DA QUALIDADE SOCIOAMBIENTAL DA REGIÃO**

Após o acidente ambiental decorrente do vazamento de rejeitos na refinaria do grupo Norsk Hydro em fevereiro de 2018, no Município de Barcarena (PA), despejando resíduos no rio Murucupi, foi firmado em setembro de 2018 Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), com o escopo de implementar medidas emergenciais baseadas no princípio da precaução e prevenção, bem como manter uma atitude colaborativa, garantindo a qualidade socioambiental na região de Barcarena, incluindo a execução de ações de avaliação, estudo e melhoria do processo produtivo da Alunorte, entre outras medidas.

Nesse contexto, buscar-se-á ressaltar a composição e participação do Comitê de Acompanhamento previsto pelo TAC como um setor externo e independente, com a responsabilidade de exercitar

um processo colaborativo de acompanhamento do TAC<sup>3</sup>, pluralizando as informações sobre as atividades decorrentes da implementação do Ajuste de Conduta, assim como analisar os documentos técnicos e correspondentes materiais de comunicação social, além de realizar a avaliação e validação de críticas, sugestões ou efetuar reclamações oriundas das comunidades de Barcarena e entorno; com periodicidade mensal das reuniões do CA (até o terceiro mês de sua instalação e, em seguida, bimestral).<sup>4</sup>

O CA é composto por 17 (dezessete) membros titulares (e seus respectivos suplentes), do Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Secretaria estadual do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA), as empresas Alunorte e Hydro, o Município de Barcarena, Sindicato dos Químicos de Barcarena (Sindiquimicos) e sociedade civil, esta com 10 (dez) membros, sendo 1 voto por grupo.

Diante da estrutura a ser montada, constatou-se a necessidade de uma Instituição com papel de facilitadora do processo de constituição e de moderação do CA, com o foco de mobilizar socialmente as comunidades de Barcarena e entorno para promover a seleção de representantes da sociedade civil a compor o referido Comitê. Em cumprimento ao TAC, a Alunorte e a Hydro lançaram edital de concorrência para contratação do “Serviço de Secretaria Executiva ao

---

<sup>3</sup> Seus integrantes possuem o direito de obter informações sobre a execução dos compromissos, podendo apresentar críticas e sugestões fundamentadas, destinadas ao aprimoramento de sua execução, bem como reclamações relacionadas ao cumprimento do TAC (TAC, 2018).

<sup>4</sup> A premissa dessa Cláusula consistia na proposição de que, a partir do conhecimento tradicional das famílias afetadas, seria possível compreender a real abrangência dos impactos na pesca, na agricultura, no extrativismo, na saúde dos moradores, e em todas as demais formas de interação das famílias com o ambiente em que vivem. Dessa forma, em audiência pública, foram coletadas sugestões sobre a forma de composição do Comitê de Acompanhamento, integrado por representantes comunitários e por signatários do TAC, bem como divulgado um canal de comunicação para que as comunidades enviassem novas sugestões.

Comitê de Acompanhamento” do TAC. Selecionou-se o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)<sup>5</sup>, ao qual caberia gerenciar as reuniões e mobilizar e capacitar as comunidades.

Considerando as diversas atribuições do CA, entendeu-se essencial o desenvolvimento de plano de trabalho que contemplasse o atendimento de 10 (dez) Regiões de Interesse para a mobilização e escolha dos representantes da sociedade civil para sua composição. Para as etapas para a escolha dos representantes das comunidades, destacam-se as seguintes características:

- 1) Estratégias de mobilização virtual: expansão dos contatos a partir de indicações das lideranças já contatadas; Participação e divulgação da oficina em grupos de WhatsApp das Comunidades; Divulgação da Oficina em rádios comunitárias; Divulgação com carro-som, bike-som e outros; Compartilhamento de materiais informativos sobre o CA nos grupos de WhatsApp; Disponibilização de um contato para inscrição via telefone ou WhatsApp (Central de inscrição);
- 2) Oficinas de nivelamento do TAC e CA: por meio de Grupos de WhatsApp criados por comunidade em diversos momentos virtuais. Em razão da pandemia, para tanto, foi elaborada uma programação diária de atividades com envio de mensagens, compartilhamento de materiais e postagens motivacionais de participação nas atividades da oficina;

---

<sup>5</sup> O IEB é uma associação brasileira fundada em 1998, com o escopo de capacitar, incentivar a formação, gerar e disseminar conhecimentos e fortalecer a articulação de atores sociais para construir uma sociedade sustentável; atuando na região de Barcarena desde 2008 na articulação e mobilização em busca de soluções aos problemas socioambientais do território. No que toca à Secretaria Executiva do CA para gerenciar com cumprimento do TAC, o IEB tem como função agenciar o funcionamento qualitativo e a participação qualificada e permanente da sociedade civil de Barcarena.

- 3) A Oficina de Nivelamento teve como objetivo o compartilhamento de informações sobre o TAC e o CA, bem como esclarecer dúvidas dos participantes sobre estes temas.
- 4) Oficina de Escolha de Representante da Sociedade Civil: A Oficina de Escolha tinha como objetivo principal a candidatura e escolha dos representantes titular e suplente, bem como a formulação de uma agenda em comum dessa região com relação ao TAC.
- 5) Após a apresentação das candidaturas, foi gerado um formulário de votação virtual;
- 6) Foram elaborados cards informativos sobre a metodologia de votação para escolha de titular e suplente (IEB, 2020).

Alguns desafios estão sendo enfrentados, pois exigem um estudo qualitativo técnico multidisciplinar e de alta complexidade, que tem que ser colocado em linguagem acessível à comunidade, o que envolve um investimento na capacitação para melhor compreender as informações técnicas mais complexas.

Vale registrar a condição humana a que todos são submetidos, que as imperfeições acabam gerando conflitos de interesses entre comunidades, pessoas que divulgaram informações falsas em benefício próprio, discussões e debates calorosos entre os signatários do TAC e envolvidos. Não obstante aos contratemplos que ocorreram, que ocorrem e os que virão, e embora se saiba que muito ainda há de se melhorar, principalmente no quesito celeridade, verifica-se que o diálogo constante com a comunidade promove a difusão de novas ideias, a busca pela coalizão de interesses comuns e a tolerância e respeito nos interesses pulverizados.

### 3.2 EDITAL “TERRITÓRIOS LIVRES DE MINERAÇÃO” E PROGRAMA “ÁGUA COMO BEM COMUM”.

Se trata de outro modelo de inovação social, executado pelo Fundo Socioambiental de Barcarena e Abaetetuba (FASE/FUNDO DEMA), desde o ano de 2018.

Este fundo se originou do desastre do naufrágio do Navio Haidar em outubro de 2015, que afundou com centenas de bois vivos que estavam sendo transportados, assim como houve o derramamento de toneladas de óleo combustível despejados no rio.

Além das ações emergenciais de contenção, houve acordo judicial em ação civil pública, na qual participaram o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público Estadual (MPPA), a Defensoria Pública da União, a Procuradoria-geral do Estado e a Procuradoria do Município de Barcarena.

Houve valores destinados para indenizações individuais e indenizações coletivas. Para a gestão financeira das indenizações coletivas, foi escolhido o Fundo DEMA.

Ainda em 2019, a FASE/Fundo Dema e os órgãos da Força Tarefa estabeleceram termo aditivo e correspondente plano de trabalho para a gestão das indenizações decorrentes dos danos coletivos do vazamento de caulim da Empresa Imerys, ocorrido em 2014.

Dentre as inovações metodológicas do Fundo DEMA, incorporadas a partir de demandas locais, estão rodas de conversa para apresentação e diálogo sobre o TCT com as comunidades afetadas, oficinas de diagnóstico da realidade, oficinas de elaboração de projetos, lançamento de edital, plantões de atendimento e informação, oficina de tecnologia social, compra de equipamentos, audiências públicas.

O Comitê Gestor do FUNDO DEMA conta com as organizações sociais Associação Cáritas Diocesana Dom Angelo Frosi, Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barcarena e FASE.

Por este modelo, com auxílio de capacitação do gestor do fundo, os atores locais apresentam projetos focados na qualidade da água e no equilíbrio socioambiental da região, além de dotar a comunidade para a sua subsistência e melhoria da qualidade de vida. Como exemplos, a construção de um centro comunitário para trabalhar com artesanato, projeto que visa a formação profissional de corte e costura, oficinas de radiocomunicação e radioWeb, oficinas de teatro, dança e musicalidade, construção de sede para a defesa do território tradicional, construção de sistema de abastecimento de água, dentre outros.

A execução do Programa de Formação “Água como Bem comum”, atualmente, possui 42 projetos em execução, em que 12 projetos ainda estão executando a 1ª parcela e que estão com um acompanhamento intenso da equipe do gestor do fundo, para superarem várias dificuldades de gestão e execução de recursos. Existem 03 projetos executando a 2ª parcela e está se avançando com 27 que estão em execução final dos recursos.

Nestes programas, parte dos valores do Fundo, são repassados diretamente às associações comunitárias da região, para a aplicação nos projetos apresentados.

Por sua vez, o Fundo gestor, que conta com mais de vinte anos de atuação, fomenta diversas atividades. A partir da metodologia do fundo, praticam várias atividades que, dentre outras, estão o intercâmbio de experiência, a socialização de resultados entre os projetos, o monitoramento das atividades do projeto, seminários de avaliação e a prestação de contas ao consórcio de acompanhamento da aplicação dos valores.

Somente de janeiro a outubro de 2023, a previsão de execução do Fundo Socioambiental de Barcarena e Abaetetuba é de R\$ 2.020.987,44, sendo que R\$ 504.812,38 é de apoio aos Projetos Socioambientais Comunitários, e o restante dividido em eventos de capacitação da comunidade local, seminários, monitoramento,

equipamentos e comunicações (divulgação) das mais diversas formas, para capacitar a comunidade a implementar as suas próprias inovações sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação comunitária aqui examinada, tem o condão limitado a indivíduos e grupos determinados, em condições de vulnerabilidade, ocasionados por desastres, eventos climáticos extremos, e atingidos por danos ambientais, caracterizando-se assim, como estudo de uma coletividade.

De outro lado, observa-se que a participação das comunidades não se restringe a esferas de discussão e planejamento de estratégias de preservação ambiental, possuindo uma dimensão muito maior, por abarcar estruturas com poder de decisão e esferas jurisdicionais.

Nesse viés, imperioso o contexto da inovação social que proporciona o empoderamento dos diferentes atores sociais envolvidos, proporcionando um espaço de convivência e de formação de opinião e exercício de cidadania, os quais por sua vez, viabilizam o protagonismo e a autonomia das comunidades em suas buscas pelo próprio fortalecimento e encontros de valores solidários.

Ao lado disso, justamente por ser um diálogo que não se finda em atos únicos e solitários, as concertações e acordos são objeto de amplo de debate, bem como estão em constante construção, o que permite rever o ato equivocados ou menos exitoso, quando houver tal possibilidade, além de ser um possível instrumento de pressão à classe empresária para o efetivo cumprimento do compromisso.

Diante do caso descrito, é possível registrar um avanço – ainda que insuficiente, mas progressivo – ao diálogo e a implementação de projetos legítimos com a participação da comunidade local tradicional por meio de representantes locais e consideração de suas razões



que estão servindo gradualmente para mitigar os danos e que podem auxiliar no tratamento de danos ambientais futuros em Barcarena e na Amazônia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DRUCK, G.; SENA, J.; PINTO, M.; ARAÚJO, S.. A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. In: CAMPOS, G. A. A terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate. Brasília: IPEA, 2018.

GEROMETTA, J., HAUSSERMANN, H., & LONGO, G. (2005). Social innovation and civil society in urban governance: Strategies for an inclusive city. *Urban studies*,

42, 2007 – 2021. Disponível em [journals.sagepub.com/doi/10.1080/00420980500279851?icid=int.sj-abstract.similar-articles.3](https://journals.sagepub.com/doi/10.1080/00420980500279851?icid=int.sj-abstract.similar-articles.3) acessos em 03 abr.2023.

HOWALDT, J., & SCHWARZ, M. (2016). Social innovation and its relationship to social change. *Change*, 1, 3. Disponível em: <https://eldorado.tu-dortmund.de/bitstream/2003/35207/1/SI-DRIVE-D1-3--Social-Change-final-260416.pdf>. Acesso em 01 abr.2023.

LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: \_\_\_\_\_ (Coord.) A complexidade ambiental Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

NYSETH, Torill; RINGHOLM, Torill; AGGER, Annika. Formas inovadoras de participação cidadã à margem do sistema formal de planejamento. *Urbanismo, [SI]*, v. 4, n. 1, pág. 7-18, jan. 2019. ISSN

2183-7635. Disponível em: <<https://www.cogitatiopress.com/urbanplanning/article/view/1680/1680>>. Data de acesso: 07 abr. 2023. doi:<https://doi.org/10.17645/up.v4i1.1680>.

SAUCIER, C., LEMSSAOUI, C., BOUCHARD, M., FONTAN, J. M., JOUVE, B., KLEIN, J. L., ... Mendell, M. (2006). Développement et territoire. In *Émergence et effets sur les transformations des sociétés*. JL Klein & D. Harrisson (Eds.) (p. 377–395). Presses de l'Université du Québec. Disponível em [https://extranet.puq.ca/media/produits/documents/1471\\_9782760521650.pdf](https://extranet.puq.ca/media/produits/documents/1471_9782760521650.pdf). Acesso em 05 abr. 2023.

VAN DER HAVE, R. P., & RUBALCABA, L. (2016). Social innovation research: An emerging area of innovation studies? *Research Policy*, 45(9), 1923–1935. Disponível em: [https://reedjoe.files.wordpress.com/2017/11/06\\_social-innovation-research-an-emerging-area-of-innovation-studies.pdf](https://reedjoe.files.wordpress.com/2017/11/06_social-innovation-research-an-emerging-area-of-innovation-studies.pdf). Acesso em 06 abr .2023.

VAN WIJK, J., ZIETSMA, C., DORADO, S., DE BAKKER, F. G., & MARTÍ, I. (2018). Social innovation: integrating micro, meso, and macro level insights from institutional theory. *Business & Society*, 0007650318789104. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0007650318789104>. Acesso em 05 abr .2023

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista*. São Paulo: Martins Fontes, 2012b. v. II

HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Tradução de Flávio Beno. Rio de Janeiro. Editora Tempo Brasileiro, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. Tradução de Milton Camargo Mota. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2004.

LIMA, José Edmilson de Souza. SILVÉRIO, Diego Gustavo. KOSOP, Roberto José Covaia, O Buen-Vivir e a construção de um modelo constitucionalista de desenvolvimento inclusivo. In: SILVEIRA, Amanda Ferraz da *et al.* Natureza e povos nas constituições latino-americanas. Curitiba: CEPEDIS, 2020.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. A cultura-mundo: respostas a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

OFFE, Claus. Problemas estruturais do estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público do Pará, o Governo do Estado do Pará, a Alunorte e a Norsk Hydro Brasil. Belém: Procuradoria-Geral do Estado do Pará, 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. MENESES, Maria Paula. Introdução. In SANTOS, Boaventura de Souza. Meneses, Maria Paula. Epistemologia do Sul. Coimbra: Almedina. 2009. pp. 9-19.